

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
PREFÁCIO	11

PARTE I

INTRODUÇÃO	19
Plano da obra.....	25

CAPÍTULO 1. A ideia da autonomia do processo arbitral e seu isolamento em relação às regras do processo estatal	27
1. Quais as normas processuais aplicáveis à arbitragem doméstica?	27
2. A regulação do processo arbitral na arbitragem internacional.....	36
3. Conclusões parciais: nem o isolamento conceitual, nem a aplicação automática das regras processuais gerais. <i>Virtus in medio</i>	49

CAPÍTULO 2. A insuficiência da Lei de Arbitragem para regular o processo arbitral	55
1. Estrutura fundamental da Lei de Arbitragem.....	55
1.1 Instauração da arbitragem	59
1.2 A indicação dos árbitros.....	63
1.3 O procedimento arbitral	65
1.4 Tutelas cautelares e de urgência.....	71
1.5 Sentença arbitral e os pronunciamentos dos árbitros.....	74
1.6 Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras	77
2. Conclusões parciais	78

PARTE II

CAPÍTULO 3. A arbitragem na teoria geral do processo	83
1. Considerações introdutórias	83
2. Normas processuais gerais como fonte subsidiária do processo arbitral no direito brasileiro.....	86
3. Hipóteses e extensão da aplicação subsidiária do CPC a outros diplomas processuais e a outras modalidades de processo	95
4. A falta de remissão, na Lei de Arbitragem, ao Código de Processo Civil, não determina a inaplicabilidade das suas regras ao processo arbitral, em caráter excepcional e subsidiário. De novo, a impropriedade técnica do isolamento conceitual do processo arbitral.....	104
5. Institutos fundamentais da Teoria Geral do Processo aplicados ao processo arbitral.....	112
5.1 Jurisdição.....	113
5.2 Ação.....	128
5.3 Defesa.....	142
5.4 Processo	147
5.4.1 Distinção entre processo e procedimento.....	154
5.4.2 Aplicações à arbitragem da distinção entre processo e procedimento	158
6. O falso dilema da processualização da arbitragem.....	162
 CAPÍTULO 4. Princípios processuais aplicáveis ao processo arbitral	 171
1. Considerações introdutórias	171
2. Os princípios processuais aplicáveis ao processo arbitral.....	173
2.1 Inafastabilidade da tutela jurisdicional	182
2.2 Devido processo legal	185
2.3 Contraditório.....	191
2.4 Ampla defesa	201
2.5 Igualdade.....	203
2.6 Imparcialidade.....	207
2.6.1. O dever de revelação dos árbitros.....	217
2.7 Juiz natural.....	223
2.8 Fundamentação das decisões	225
2.9 Vedação às provas ilícitas	227
2.10 Duração razoável do processo	229
2.11 Publicidade.....	230
3. Regras processuais (e não princípios) aplicáveis ao processo arbitral	239
4. Visão crítica da noção de que os princípios processuais, juntamente com as disposições da LARB, são suficientes para regular o processo arbitral.....	245

PARTE III

CAPÍTULO 5. O modo de ser do processo arbitral, fruto da aplicação das normas processuais gerais ao processo arbitral.....	251
1. Introdução.....	251
2. Aplicações práticas	252
2.1 Demanda.....	252
2.2 Efeitos processuais e materiais da citação	257
2.3 Representação das partes e dos procuradores	260
2.4 Atos processuais e seu regime de efeitos	262
2.5 Idioma	263
2.6 Pluralidade de partes	264
2.7 Resposta	267
2.8 Revelia	270
2.9 Preclusão.....	275
2.10 Disciplina geral da Prova	281
2.11 Meios de prova.....	289
2.12 Produção antecipada da Prova	298
2.13 A instrumentalidade das formas no processo arbitral.....	303
2.14 Poderes dos árbitros	304
2.15 Tutela Provisória	309
2.16 Fundamentação das decisões arbitrais.....	312
2.17 Vinculação dos árbitros aos precedentes.....	316
2.18 Coisa Julgada.....	323
CAPÍTULO 6. Conclusões	327
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	333